



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA**



JOÃO PESSOA, PB. 2012

GOVERNO LOCAL DA ÁGUA E CAPACITAÇÃO SOCIAL PARA O USO DO PAGAMENTO POR SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS

**Autores: Maria Camerina Maroja Limeira, Nadja Valéria Pinheiro,
Hamilcar José de Almeida Filgueira, Tarciso Cabral da Silva**

1. INTRODUÇÃO

Gestores públicos procuram atender aos princípios do conceito da governança:

a descentralização da gestão,

a divulgação de informações,

a participação de todos os grupos interessados nas decisões.

Objetivo desse trabalho: apresentar problemas sobre a gestão da restauração de rios em uma comunidade na bacia hidrográfica do rio Gramame, litoral sul da Paraíba.₂

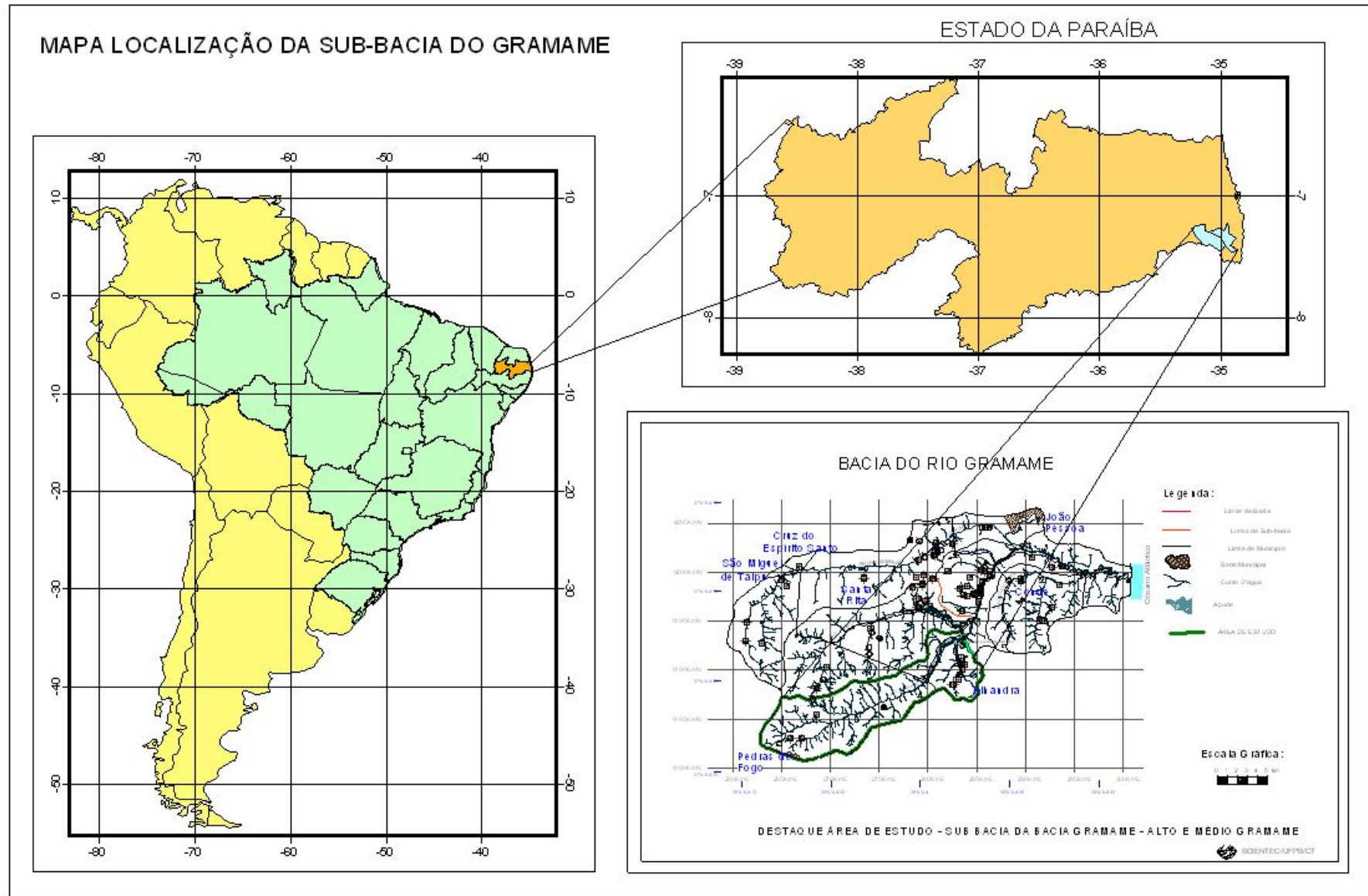
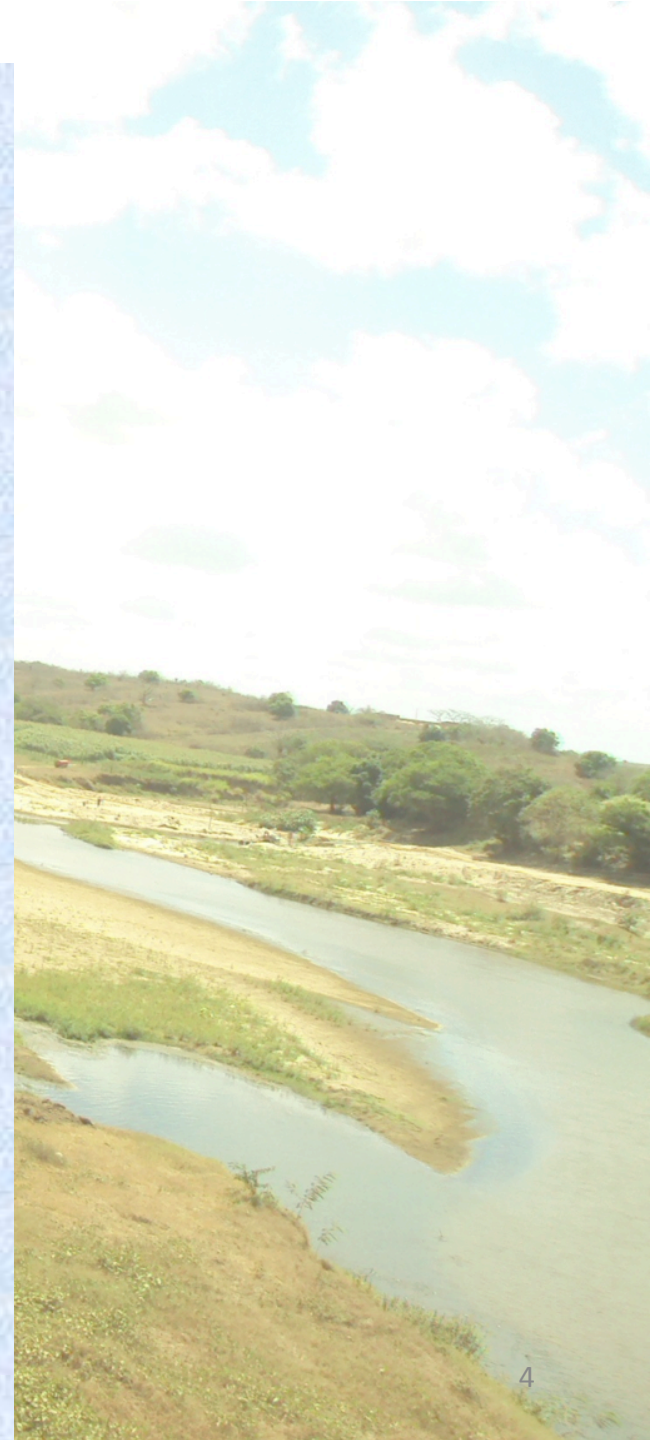
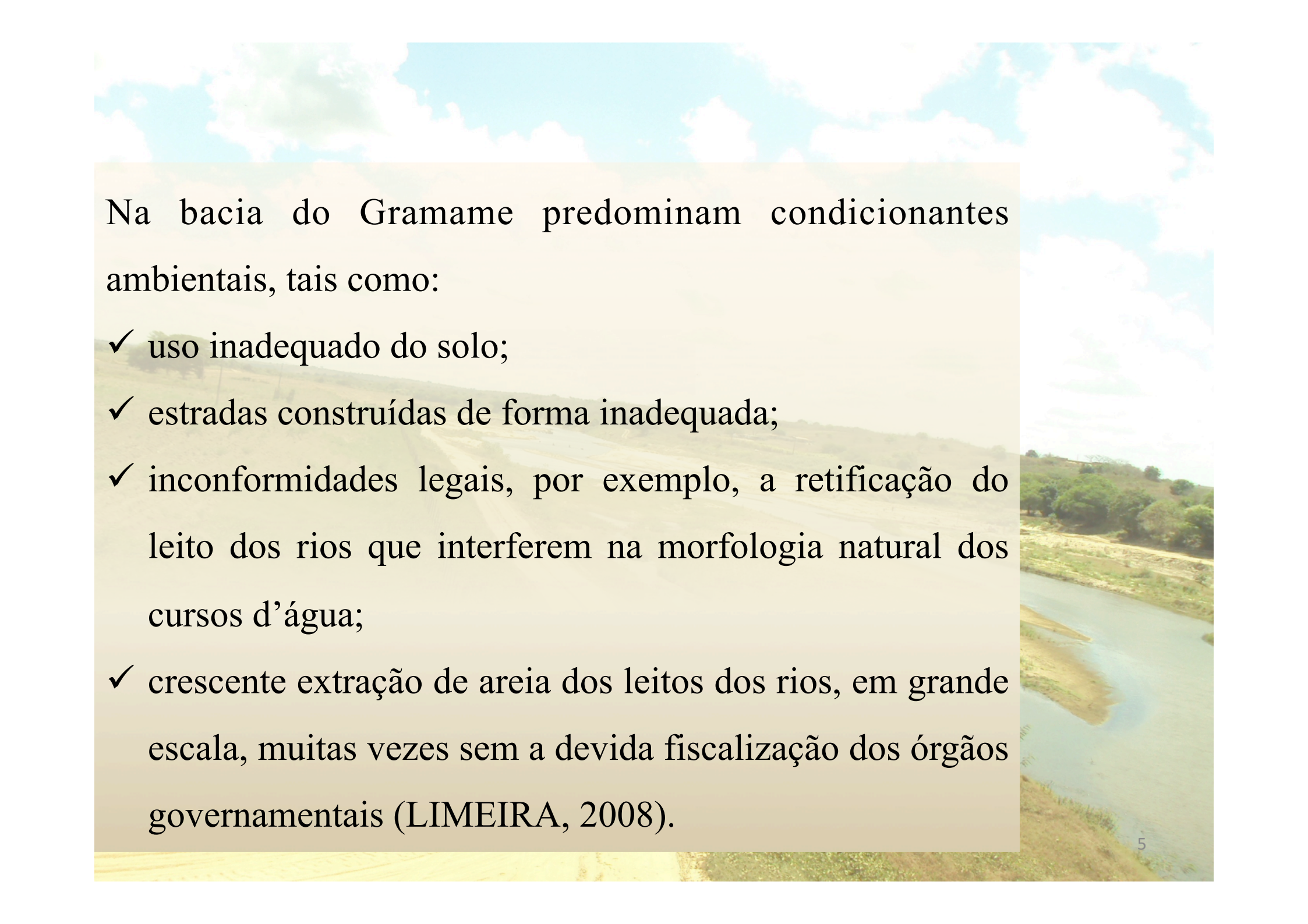


Figura 1 -Localização do alto e médio curso do rio Gramame no Estado da Paraíba

A bacia do Gramame,
abastece cerca de 70% do
sistema de água potável da
população da área
metropolitana da capital,
João Pessoa, e de cinco
municípios vizinhos, fornece
água para a área rural nessa
região, com intenso uso da
irrigação e de agrotóxicos.



The background of the slide is a photograph of a wide river flowing through a hilly landscape. The sky is bright blue with scattered white clouds. The river is a light brownish-green color, and the banks are covered with green vegetation. A semi-transparent light brown rectangular box is overlaid on the left and center of the image, containing the text.

Na bacia do Gramame predominam condicionantes ambientais, tais como:

- ✓ uso inadequado do solo;
- ✓ estradas construídas de forma inadequada;
- ✓ inconformidades legais, por exemplo, a retificação do leito dos rios que interferem na morfologia natural dos cursos d'água;
- ✓ crescente extração de areia dos leitos dos rios, em grande escala, muitas vezes sem a devida fiscalização dos órgãos governamentais (LIMEIRA, 2008).

2 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2.1 - O conceito de governança

Kaufmann e Kraay (2008)

“as tradições e instituições pelas quais a autoridade de um país é exercida. Este inclui o processo pelo qual os governos são escolhidos, monitorados e substituídos;

a capacidade do governo de efetivamente formular e implementar políticas sólidas;

e o respeito dos cidadãos e do Estado para com as instituições que governam interações sociais e econômicas entre eles”.

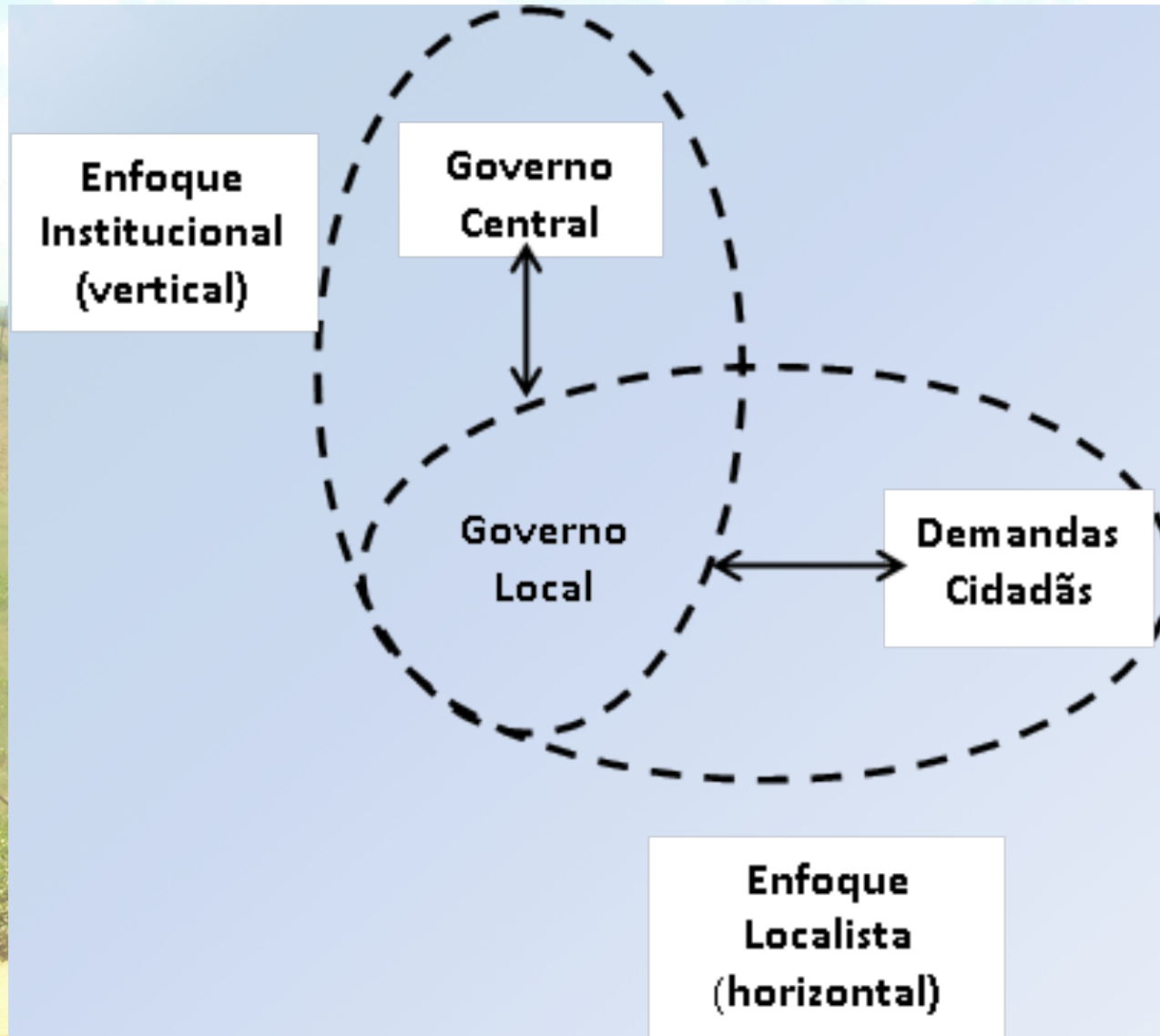
Na visão de Brooks (2004), as estratégias de gestão local da água podem se constituir como as melhores alternativas práticas do que os métodos centralizados, caros e de grande escala que dominaram no passado, e que não alcançaram os objetivos a que se propuseram.

Para ele, as estratégias de gestão local também são importantes como complemento, para os métodos de manejo da água em maior alcance.

Contudo, não são infalíveis, e não considerar suas limitações e incertezas ou ignorá-las é expor-se a produzir danos tão sérios como os do passado.

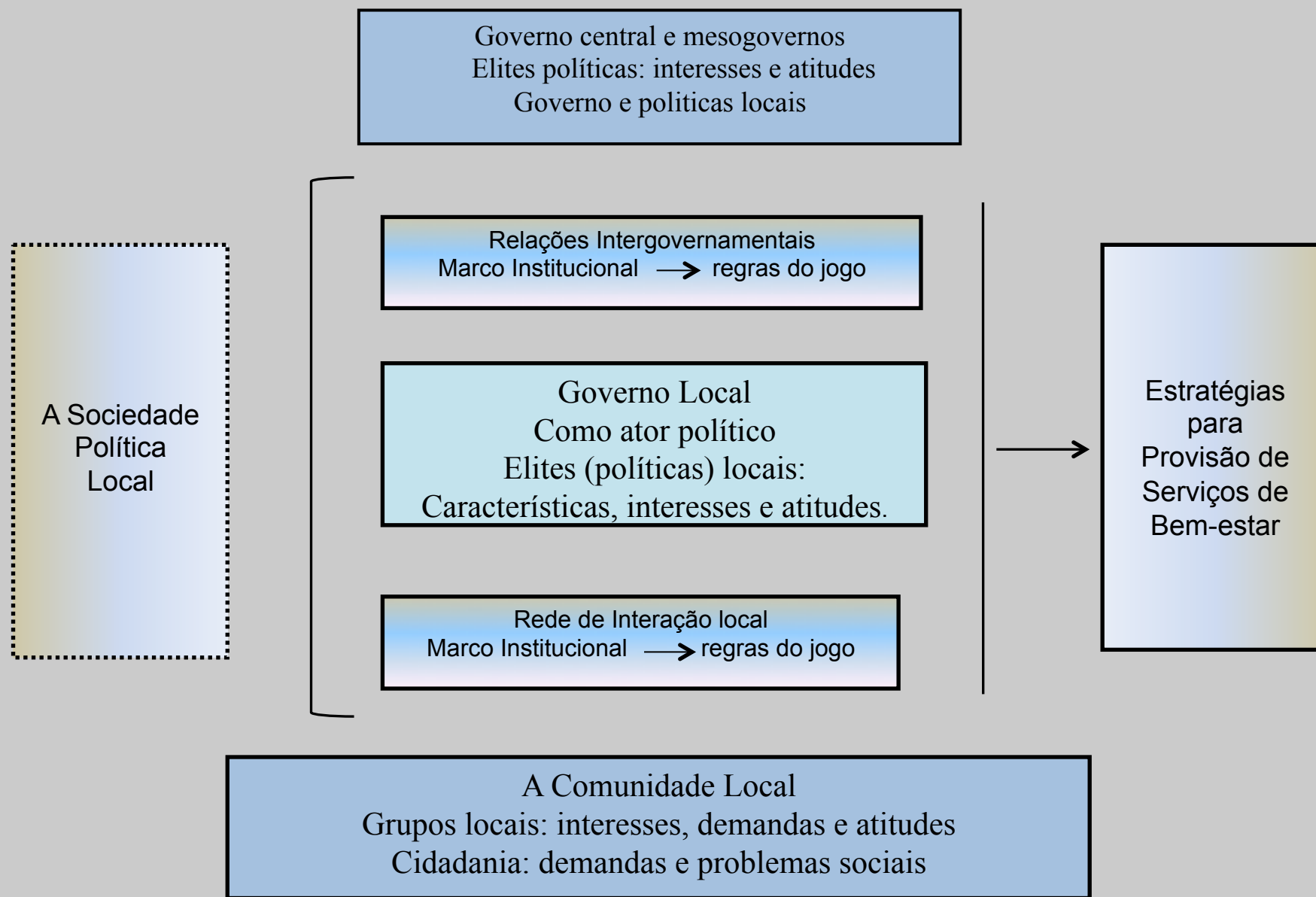
2.2 - Enfoques para o estudo da governabilidade.

Figura 1 - Enfoques sobre o governo local



Fonte: NAVARRO e RAMIREZ (2005)

Figura 2: Proposta para a análise da ação do Governo municipal



Fonte: Navarro e Ramirez (2005)

2.4 - Capacitação Social

Capacitação social, para THOMSON e PEPPERDINE (2003) em sua pesquisa sobre política de restauração de rios, é a capacidade de indivíduos, grupos e instituições, para entender e lidar com elementos restritivos e facilitadores, dimensões e questões, que dirigem o processo de acumulação de capital, seja social, humano, natural, físico ou financeiro, e que poderão levar (de todas as formas) à produção de resultados desejáveis.

Plano Nacional de Recursos Hídricos no Brasil (MMA, 2006), apresenta ações de capacitação em vários dos seus programas

FOLEGATTI et al.,(2011) Rede Nacional de Capacitação, voltada para a GIRH (rede Yara), requer um esforço multisetorial

2.5 – Pagamento por Serviços Ecossistêmicos-PSE

Phillips e Lowe (2005) definem os serviços ecossistêmicos como a oferta de benefícios de serviços públicos, tais como:

- o ar e a água limpa,
- o aumento e gestão da biodiversidade,
- a mitigação da salinidade da água potável,
- a gestão das condições do solo,
- o seqüestro de carbono,
- a polinização,
- a gestão de nutrientes da água e do solo,
- a assimilação dos resíduos, etc.

3. METODOLOGIA

a partir de um arcabouço teórico se abordou a Governança, a Capacitação social e o Pagamento por Serviços Ecossistêmicos .

E através de uma amostra de estudos de projetos de PSE implantados no Brasil, e um estudo de caso em comunidade rural, no alto Gramame, enfocaram-se os tipos de arranjos institucionais, as fontes de PSE, e a capacitação de atores sociais, para se verificar formas de colaboração entre governos e a comunidade local, em ações de restauração e conservação de corpos d'água.

Quadro 1 – Exemplos de experiências e fontes de PSA no Brasil

	Experiência (PSE)	Arranjo Institucional/ Fonte do PSE	Esfera	* Referência
01	Bacia de Camboriú/SC	Empresa Municipal de Águas e Saneamento – EMASA (1% do orçamento anual do município)	Municipal	a*
02	Rio Vermelho/SC	Prefeitura de São Bento/SC e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	Municipal	b*
03	Rio Sorocaba e Médio Tietê/SP	CBH-SMT/Governo de SP cobrança do uso da água,	Estadual	c*
04	Microbacia Encruzilhada Rio Paraíba do Sul Cunha/SP	(Expectativa) de pagamento pela empresa estadual de abastecimento / SP	Estadual	d*
05	Rio Benevente, Rio Guandu, Rio São José/ES	Governo do Estado/ES	Estadual	e*
06	Microbacia do Alto Natuba/PE	(Sugestão) de pagamento pela empresa de abastecimento do Estado de Pernambuco ou através do ICMS sócio ambiental.	Estadual	f*
07	Microbacia das Posses – Extrema /MG	Prefeitura Municipal de Extrema/MG, ANA, IEF-MG, CBH-PCJ e The Nature Conservancy	Municipal CBH Internacional	g*
08	Programa Eco-crédito/ MG	Município de Montes Claros/MG Eco-crédito	Municipal	g*
09	Bacia de Guarapiranga Projeto Oásis/SP	Fundação O Boticário, Fundação Mitsubishi, Prefeitura e Governo/SP	Particular Municipal Estadual	g* Fonte: elaborado pela autora.

a – WEGNER et al. (2011); b – HUBEL et al. (2011); c* – SILVA et al. (2011); d* – SOUSA JÚNIOR et al. (2011); e* – RIBEIRO et al. (2011); f* – MENEZES DA SILVA et al. (2011); e, g* - BERNARDES, C. e SOUSA JUNIOR W.C. (2010).

Quadro 2. I Encontro da Rede de Trabalho para a restauração do rio Gramame (set. de 2010)

Instituições Públicas	36 Participantes
EMATER/PB Empresa de assistência técnica e extensão rural	2
AESA, Agência executiva de gestão das águas do Estado da Paraíba	2
CAGEPA, Companhia de água e esgotos da Paraíba	1
Secretaria Municipal de Educação de Pedras de Fogo/Paraíba	8
IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/ Paraíba	13
UFPB - Universidade Federal da Paraíba	10
Instituições Privadas	8 Participantes
LDC-SEV Louis Dreyfus Commodities – Santelisa Vale/ Paraíba	5
UNIPB – Faculdade Unida da Paraíba	3
Terceiro Setor	1 Participante
CBHLS - Comitê de Bacia Hidrográfica Litoral Sul da Paraíba	1
TOTAL	45

Fonte: BARBOSA et al.(2011)

Quadro 3. II Encontro da Rede de Trabalho para a restauração do rio Gramame (maio de 2011)

Instituições Públicas	36 Participantes
IBAMA/PB Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais	1
AESA/PB – Agencia Executiva de Gestão das Águas da Paraíba	2
PMPF – Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo	2
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	1
Escolas Municipais de Pedras de Fogo	2
IFPB- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/Paraíba	17
UFPB - Universidade Federal da Paraíba	11
Instituições Privadas	34 Participantes
UNIPB – Faculdade Unida da Paraíba	2
CONSPLAN – Consultoria e Planejamento na Agropecuária Ltda.	3
Usina sucroalcooleira Japungú	1
LDC-SEV Louis Dreyfus Commodities – Santelisa Vale/ Paraíba	3
Proprietários Rurais de Assentamentos, Pedras de Fogo/PB	25
Terceiro Setor	2 Participantes
Centro Cultural Alquimista	1
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural- SENAR/PB	1
TOTAL	72

Fonte: BARBOSA et al.(2011)

Observa-se que nos dois encontros, voltados para identificar as oportunidades e dificuldades na gestão de restauração de rios, na comunidade rural do alto Gramame, cerca de 30 dos 36 participantes do setor público eram estudantes e professores de instituições federais de ensino superior.

sugere-se que, a aplicação dos conhecimentos teóricos, em solução de problemas locais, é uma exigência na capacitação de atuais e futuros profissionais ligados às questões ambientais.

Folegatti et al.(2011) apresenta o diagnóstico de oferta por capacitação em Gestão Integrada de Recursos Hídricos-GIRH no Brasil, no qual concluem que as Universidades recebem demandas de capacitação em temas relacionados à GIRH, principalmente de órgãos públicos e Comitês de Bacias Hidrográficas e que a maior parte dessa demanda não é suprimida.

4.3 – Perspectivas de uso do PSE no alto Gramame

As respostas dos participantes da comunidade rural do alto Gramame, frente às questões atuais, para a restauração de nascentes e cursos d'água (BARBOSA et al.,2011)

“Os fatores econômicos foram mencionados de modo que os projetos de compensação financeira por reflorestamento na beira dos rios e nascentes possam garantir renda para a sustentação familiar. Alguns consideram a faixa de 50 metros na margem da nascente difusa muito extensa, visto que o tamanho dos lotes dos assentados tem em média 4 hectares. Faltam informações sobre o futuro órgão responsável pelos projetos e há falta de garantia da continuidade do pagamento por serviços ambientais. A alternativa de ser compensada com terra em outro local, a terra que for usada para o reflorestamento, foi uma questão inovadora. Houve a preocupação de não remover as famílias dos lotes que forem destinadas ao reflorestamento. A experiência de proprietários chamou a atenção de que não deviam assinar nenhum documento sem antes ter a certeza de que o projeto é sério. Muitos participantes responderam que é preciso que o projeto saia do papel e venha melhorar a vida do pequeno produtor”.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da governança da água possui entraves na sua estrutura de oportunidades de ação do governo local, dificultando a implementação da Gestão Integrada de Recursos Hídricos- GIRH.

Um dos entraves observados foi a escassez de capacitação social, isto é, a falta de atitudes, habilidades e conhecimentos, de indivíduos, de grupos e de instituições em entender e lidar com elementos restritivos e facilitadores, que dirigem o processo de interação social, voltado à criação e implementação de projetos para a restauração de rios.

“Você não pode mudar os ventos, mas pode ajustar as velas”
Confúcio (500 AC)

Obrigada!